

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O serviço de imagiologizada Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) está concessionado desde 2004 a empresas privadas. Como se tem provado ao longo dos anos, este tipo de concessões, e em particular esta concessão, tem sido um fracasso.

Tem prejudicado a instituição, uma vez que em dezembro de 2023 foi aberto um novo concurso público num valor de cerca de 13 milhões e 500 mil de euros, por um período de um ano (Anúncio de procedimento n.º 21794/2023), o que significa um aumento de mais de 10 milhões de euros que o anterior (Anúncio de procedimento n.º 14813/2020) apesar de, aparentemente, ter as mesmas características.

Esta concessão prejudicou também os profissionais pois ao serem contratados através destas empresas têm piores condições de trabalho e vivem sob regime de precariedade, como se tem vindo a provar ao longo dos anos, no sucessivo desrespeito pelos direitos laborais, por exemplo, em agosto de 2023, os contratos dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT) na Unidade Local de Saúde do Alto Minho vinculados à empresa Lifefocus, não foram atualizados consoante a lei em vigor.

Por várias vezes os sucessivos governos, têm vindo a admitir a intenção de internalizar de forma faseada o serviço de imagiologia, por se tratar de um serviço nuclear. Não há nenhuma razão ou desculpa para continuar a concessionar um serviço que é essencial à ULSAM e aos utentes. Lembramos a Lei de Bases da Saúde que estipula que é ao Estado que cabe, primordialmente, a prestação de cuidados de saúde da população, através do SNS, sendo que o setor privado é remetido para uma posição de complementaridade.

É preciso cumprir esta Lei de Bases e isso faz-se com a recuperação da resposta pública na área de radiologia na ULSAM, aproveitando as disponibilidades de profissionais que devem ser contratados agora para o SNS.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento da situação descrita?
2. Pretende a tutela continuar a elaborar contratos de concessão com empresas outsourcing para a satisfação de necessidades prementes e permanentes do SNS? Se sim, qual a razão?
3. Qual a justificação na diferença de valores entre os dois últimos concursos?

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2024

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)